


DIREITO A ALIMENTAÇÃO ADEQUADA: O DIAGNÓSTICO DE (IN)SEGURANÇA ALIMENTAR EM ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS

RIGHT TO ADEQUATE FOOD: DIAGNOSIS OF FOOD (IN)SECURITY IN UNIVERSITY STUDENTS

DERECHO A UNA ALIMENTACIÓN ADECUADA: DIAGNÓSTICO DE LA (IN)SEGURIDAD ALIMENTARIA EN ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS

 <https://doi.org/10.56238/arev7n8-063>

Data de submissão: 07/07/2025

Data de publicação: 07/08/2025

Andrea Gomes Santana de Melo

Doutora em Saúde e Ambiente

Instituição: Universidade Federal do Piauí (UFPI) – Campus Picos

Endereço: Piauí, Brasil

E-mail: andreagomes@ufpi.edu.br

Antônio Valdeir Lopes da Silva

Graduado em Nutrição

Instituição: Universidade Federal do Piauí (UFPI) – Campus Picos

Endereço: Piauí, Brasil

E-mail: valdeirlopess@outlook.com

José Jenivaldo de Melo Irmão

Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente

Instituição: Instituto Federal de Alagoas (IFAL) – Campus Marechal Deodoro

Endereço: Alagoas, Brasil

E-mail: zeno@ifal.edu.br

José Aparecido da Silva Gama

Mestre em Recursos Hídricos e Saneamento

Instituição: Instituto Federal de Alagoas (IFAL) – Campus Marechal Deodoro

Endereço: Alagoas, Brasil

E-mail: aparecido.gama@ifal.edu.br

RESUMO

A segurança alimentar está condicionada ao direito a alimentação adequada e saudável e quando este direito é negado pela influência dos fatores socioeconômicos, instala-se um quadro de insegurança alimentar com grandes repercussões a saúde humana. Esta pesquisa buscou identificar a prevalência da (in)segurança em estudantes universitários de uma instituição pública, a partir de um estudo descritivo, transversal, autorizado pelo Comitê de Ética e Pesquisa (CEP) com a utilização de formulário sociodemográfico e a Escala Brasileira de Insegurança Alimentar, aplicados em outubro de 2023 a janeiro de 2024. Foi realizada a estatística descritiva e o teste qui-quadrado de Pearson. Dos 125 alunos participantes, 52,8% estavam em segurança alimentar (SA), e 47,2% com insegurança alimentar e nutricional (IA). As maiores ocorrências de SA foram nos cursos de nutrição 13,6% e sistema de informação 11,2%. A IA leve foi mais prevalente nos cursos de administração 10,4% e medicina 9,6%, principalmente no sexo feminino 47,4%, entre 18 a 28 anos 83%, pardos 57,7%,

renda familiar menor que um salário mínimo 39% e pais com ensino médio completo, 38,9%. A alimentação no restaurante universitário e o auxílio estudantil, contribuem para a SA, embora as condições socioeconômicas dos pais, seja um fator decisivo na instalação da IA. Urge a necessidade da discussão sobre a (in)segurança alimentar no ambiente universitário, a fim de direcionar ações específicas para impedir a evasão escolar e a exclusão social, assim como essa discussão se estenda a agenda pública para o fortalecimento das políticas públicas de combate a IA.

Palavras-chave: Alimentação. Direito. Insegurança Alimentar. Nordeste. Universitários.

ABSTRACT

Food is conditioned by the right to adequate and healthy food, and when this right is denied due to socioeconomic factors, food insecurity sets in, with significant repercussions for human health. This study sought to identify the prevalence of food insecurity among university students at a public institution. This study, authorized by the Research Ethics Committee (REC), used a sociodemographic form and the Brazilian Food Insecurity Scale (FIT) administered between October 2023 and January 2024. Descriptive statistics and Pearson's chi-square test were used. Of the 125 participating students, 52.8% were food secure (FS) and 47.2% were food and nutrition insecure (FI). The highest incidence of FIT was in nutrition programs 13.6% and information systems 11.2%. The IA level was more prevalent in administration courses 10.4% and medicine 9.6%, mainly in females 47.4%, between 18 and 28 years old 83%, mixed race 57.7%, family income less than a minimum wage 39% and parents with completed high school, 38.9%. Food in the university cafeteria and student assistance contribute to food insecurity, although parents' socioeconomic status is a decisive factor in the implementation of food insecurity. There is an urgent need to discuss food (in)security in the university environment, to direct specific actions to prevent school dropouts and social exclusion, and to extend this discussion to the public agenda to strengthen the public policies to combat food insecurity.

Keywords: Food. Law. Food Insecurity. Northeast. University Students.

RESUMEN

La seguridad alimentaria está condicionada por el derecho a una alimentación adecuada y saludable. Cuando este derecho se niega debido a factores socioeconómicos, se instala la inseguridad alimentaria, con repercusiones significativas para la salud humana. Este estudio buscó identificar la prevalencia de la inseguridad alimentaria entre estudiantes universitarios en una institución pública. Este estudio, autorizado por el Comité de Ética en Investigación (CEI), utilizó un estudio descriptivo y transversal utilizando un formulario sociodemográfico y la Escala Brasileña de Inseguridad Alimentaria, administrado de octubre de 2023 a enero de 2024. Se utilizaron estadísticas descriptivas y la prueba de chi-cuadrado de Pearson. De los 125 estudiantes participantes, el 52,8% tenía seguridad alimentaria (SA) y el 47,2% tenía inseguridad alimentaria y nutricional (IN). La mayor incidencia de SA se registró en programas de nutrición 13,6% y sistemas de información 11,2%. La IA leve fue más prevalente en las carreras de administración 10,4% y medicina 9,6%, con predominio del sexo femenino 47,4%, entre 18 y 28 años 83%, raza mixta 57,7%, ingresos familiares inferiores a un salario mínimo 39% y padres con bachillerato completo, 38,9%. La comida en el comedor universitario y la asistencia estudiantil contribuyen a la inseguridad alimentaria, si bien el nivel socioeconómico de los padres es un factor decisivo en su implementación. Es urgente debatir la (in)seguridad alimentaria en el ámbito universitario, dirigir acciones específicas para prevenir la deserción escolar y la exclusión social, y extender este debate a la agenda pública para fortalecer las políticas públicas destinadas a combatir la inseguridad alimentaria.

Palabras clave: Comida. Derecho. Inseguridad Alimentaria Noreste. Estudiantes Universitários.

1 INTRODUÇÃO

A segurança alimentar e nutricional (SA) tem como pressuposto de que todo o cidadão deve ter acesso contínuo e regular a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem comprometer a satisfação de outras necessidades essenciais, com práticas alimentares que promovam a saúde, que respeitem a diversidade cultural e sejam sustentáveis na perspectiva ambiental, socioeconômica e cultural (Brasil, 2022). Estas condições, podem ser alcançadas a partir da conjuntura econômica apropriada, capazes de impactar positivamente sobre a qualidade de vida dos indivíduos (Moraes; Dutra; Franceschini, 2014; Lang; Almeida; Taddei, 2011).

Nestas circunstâncias, a SA esta inserida no escopo da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) que em sua nona diretriz estabelece a importância da cooperação e integração das dimensões alimentar e nutricional na formulação de políticas públicas que garantam o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), com enfoque na intersetorialidade, desenvolvimento econômico e social, com abrangência em áreas como educação e agricultura, incluindo ações de diagnóstico, vigilância alimentar e nutricional e da promoção de uma alimentação adequada e saudável (Brasil, 2022).

A efetivação para a garantia do DHAA ocorrerá a partir do compromisso e responsabilidade institucional com mudanças necessárias quanto a distribuição de renda, proteção e justiça social (Guerra, 2022). Por outro lado, quando ocorre a violação ao DHAA e a soberania alimentar, instala-se a insegurança alimentar e nutricional (IA) a partir da preocupação futura sobre a disponibilidade de alimentos, manifestando-se em condições de insuficiência alimentar como fome e desnutrição, assim também em situações decorrentes de problemas de saúde, como excesso de peso e deficiências nutricionais específicas (Moraes; Dutra; Franceschini, 2014; Segall-Corrêa *et al.*, 2014).

No Brasil, os dados do II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no contexto da Pandemia da COVID-19 (II VIGISAN), evidenciou que as famílias com renda inferior a um salário mínimo *per capita*, são mais vulneráveis a IA moderada a grave, principalmente aquelas originárias dos estados do Amapá 60,1%, Maranhão 63,3% e Alagoas 59,9% (Rede Penssan, 2022).

A IA está atrelada ao nível de pobreza da população, entretanto numa análise realizada entre os anos de 2013 a 2017/2018, a IA de nível leve foi mais intensa em relação ao crescimento da pobreza (Jesus; Hofman; Miranda, 2024). Logo, a compressão da IA se faz necessário para identificação e o reconhecimento da insegurança como um problema de saúde pública de grande magnitude, havendo a necessidade da implementação de ações aos grupos em vulnerabilidade (Nascimento *et al.*, 2012, Pedraza; Gama, 2015). Diante da relevância do tema SA e da importância de seu monitoramento, esta pesquisa buscou identificar a prevalência da segurança ou da insegurança alimentar em estudantes

universitários de uma instituição pública do Nordeste do Brasil.

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, exploratório, transversal de abordagem qualitativa, tendo como público alvo universitários dos cursos bacharelados de uma universidade federal do município de Picos-PI. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa, sob o número 6.137.559 e CAE 69176623.0.0000.8057, estando em consonância com a Resolução 466/2012 e 512/2016 do Conselho Nacional de Saúde.

A amostra do estudo, contemplou 125 estudantes universitários, distribuídos equitativamente dos cursos de bacharelados em Administração, Enfermagem, Medicina, Nutrição e Sistema de Informação, escolhidos de forma aleatória. Foram excluídos aqueles estudantes que não estavam frequentando regularmente a instituição de ensino.

A coleta de dados ocorreu entre os meses de outubro de 2023 a janeiro de 2024, a partir da aplicação de um formulário dividido em dois segmentos: dados sociodemográficos (sexo, idade, etnia, filhos e escolaridade dos pais), dados socioeconômicos (renda mensal familiar, responsável pela renda, ocupação dos pais, auxílio do governo federal e auxílio da universidade).

Os dados de (In)segurança Alimentar e Nutricional, foram coletados por meio da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) que é uma medida direta da percepção da fome, que avalia a experiência vivenciada pela família no domicílio, nos últimos três meses, sendo composta por 14 perguntas, atribuídos um ponto para cada resposta “sim” e zero ponto para cada resposta “não”, tendo a pontuação final a variação de 0 a 14 pontos (Vilas Boas, 2023; Segall-Corrêa *et al.*, 2015).

A interpretação desta escala, permite classificar e conceituar a (in)segurança alimentar em quatro categorias: (a) Segurança Alimentar (zero ponto): a família tem acesso ao alimento em quantidade e qualidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais; (b) Insegurança Leve (1 a 5 pontos): existe uma preocupação ou incerteza quanto ao acesso aos alimentos no futuro e pode haver modificação na qualidade dos alimentos entre os moradores do domicílio; (c) Insegurança Moderada (6 a 9 pontos): redução quantitativa de alimentos, podendo haver a mudança no padrão alimentar, resultante da falta de alimentos entre os adultos da família; (d) Insegurança Grave (10 a 14 pontos): redução quantitativa e qualitativa dos alimentos, podendo haver mudanças nos padrões da alimentação entre as crianças da família e pode haver a experiência de fome entre os moradores do domicílio (Poblacion *et al.*, 2021; Segall-Corrêa *et al.*, 2014).

3 RESULTADOS

Participaram da pesquisa 125 estudantes dos cursos superiores (administração, enfermagem, nutrição, medicina e sistema de informação) equivalente a 100% da amostra, sendo 50,4%, do sexo feminino, 94,4% entre 18 a 24 anos, 54,4% de etnia parda e majoritariamente, 96,8% se alimentam no restaurante universitário (Tabela 1).

Tabela 1. Características sociodemográficas dos estudantes, de uma universidade pública federal.

Variáveis	n	%	IC 95%
Sexo			
Masculino	62	49,6	40,8 – 58,4
Feminino	63	50,4	41,6 – 59,1
Faixa etária			
18 a 28	118	94,4	88,6 – 97,3
29 a 39	5	4	1,7 – 9,3
40 +	2	1,6	0,4 – 6,2
Etnia			
Branca	43	34,4	26,5 – 43,2
Preta	14	11,2	45,4 – 63
Parda	68	54,4	56,7 – 68,1
Alimentação RU			
Sim	121	96,8	91,7 – 98,8
Não	5	3,2	1,2 – 8,3

Fonte: Autores, 2025

Quanto aos níveis de segurança alimentar (SA) os dados evidenciaram que 52,8% dos alunos tem acesso aos alimentos de forma regular e permanente em qualidade e quantidade. Por outro lado, a insegurança alimentar e nutricional (IA) esteve presente em seus vários níveis, sendo a mais frequente a leve afetando 41,6% dos universitários, a moderada 4% e a grave 1,6%.

A SA e a IA estiveram presentes em todos os cursos analisados, embora a SA foi mais prevalente entres os alunos do curso de nutrição 13,6% e sistema de informação 11,2%, já a IA leve, as ocorrências foram nos de administração 10,4% e medicina 9,6%. Percentuais muitos pequenos para a IA moderada a grave, equivalendo a pelo menos um aluno para a moderada e para a grave. Apesar, das frequências, não houve associação estatisticamente significativa entre as variáveis ($p > 0,05$), indicando que a presença ou ausência de (in)segurança não está diretamente ligada ao tipo de curso que os alunos frequentam (Tabela 2).

Tabela 2. Caracterização dos níveis de (in)segurança alimentar e nutricional, segundo os cursos de graduação, de uma universidade pública federal.

(In)segurança Cursos	SA		IA (leve)		IA (moderada)		IA (grave)		p-valor
	n	%	n	%	n	%	n	%	
Enfermagem	11	8,8	11	8,8	2	1,6	1	0,8	0,773*
Nutrição	17	13,6	6	4,8	2	1,6	-	-	
Sistema de Informação	14	11,2	10	8	1	0,8	-	-	
Administração	12	9,6	13	10,4	-	-	-	-	
Medicina	12	9,6	12	9,6	-	-	1	0,8	
Total	66	52,8	52	41,6	5	4	2	1,6	

Fonte: Autores, 2025

Os dados da tabela abaixo referem-se aos 59 universitários, classificados com algum grau de insegurança alimentar. Nesta perspectiva, a IA foi mais prevalente no sexo feminino 47,4%, majoritariamente 85% entre os mais jovens na faixa de idade entre os 18 a 28 anos e entre os pardos 57,7% (Tabela 3).

Tabela 3. Distribuição dos níveis de insegurança alimentar e nutricional e perfil sociodemográfico dos estudantes de uma universidade pública federal.

Variáveis	IA (Leve)		IA (moderada)		IA (grave)		p-valor
	n	%	n	%	n	%	
Sexo							0,638*
Feminino	28	47,4	1	1,5	2	3,4	
Masculino	24	40,7	4	7	-	-	
Total	52	88,1	5	8,5	2	3,4	
Idade							0,851*
18-28	49	83	5	8,5	2	3,4	
29-39	3	5,1	-	-	-	-	
40 >	-	-	-	-	-	-	
Total	52	88,1	5	8,5	2	3,4	
Etnia							0,418*
Branco	11	18,6	1	1,7	2	3,4	
Pardo	34	57,7	4	6,8	-	-	
Preto	7	11,8	-	-	-	-	
Total	52	88,1	5	8,5	2	3,4	
Renda							0,001*
< 1 SM	23	39	3	5,1	2	3,4	
1 a 3 SM	22	37	2	3,4	-	-	
>SM	7	12	-	-	-	-	
Total	52	88,1	5	8,5	2	3,4	
Escolaridade dos pais							0,002*
Ensino fundamental incompleto	14	23,7	3	5,1	1	1,7	

Ensino fundamental completo	2	3,4	1	1,7	1	1,7
Ensino médio incompleto	2	3,4	-		-	
Ensino médio completo	23	38,9	1	1,7	-	
Ensino superior	11	18,7	-		-	
Total	52	88,1	5	8,5	2	3,4

Fonte: Autores, 2025

Ainda discutindo os dados da Tabela 3, os universitários cuja renda familiar, centraram-se em menor que um salário mínimo e aqueles no intervalo de um a três salários mínimos, apresentaram maiores prevalência de IA, respectivamente 39% e 37%, o que reforça a existência de uma relação fortemente significativa ($p < 0,05$) entre renda familiar e IA indicando que quanto menor a renda, maior é a possibilidade para a instalação da IA. Quanto ao nível educacional dos pais, a IA foi mais prevalente entre aqueles com ensino médio completo 38,9% e fundamental incompleto 23,7%, indicando que educação é um fator condicionante ($p < 0,05$) para a IA, e a renda familiar, fator determinante.

4 DISCUSSÃO

O perfil sociodemográfico dos estudantes universitários desta pesquisa, apresentou pequenas semelhanças aos estudos realizados por Soares *et al.* (2023) e Chela *et al.* (2024) com maior prevalência de estudantes do sexo feminino e jovens adultos. As diferenças, foram quanto a etnia, maiores proporções de estudantes brancos e renda familiar acima de três salários mínimos. Na pesquisa de Alexandrino *et al.* (2022) os resultados são muito próximos ao que encontramos, maior proporção de mulheres universitárias, jovens pardos, renda entre um a três salários mínimos.

Na comunidade universitária, é muito comum os alunos realizarem suas refeições nos restaurantes universitários (RU), haja vista, que é uma das ações que fazem parte da política de assistência estudantil, com o objetivo de ajudar, sobretudo aqueles que estão em condição de vulnerabilidade socioeconômica, a manter as suas necessidades básicas, sua permanência a fim de evitar a evasão estudantil (ENAP, 2021).

Os RUs, tem uma contribuição importante para a saúde de seus comensais, mediante o fornecimento da alimentação equilibrada e nutricionalmente segura, de baixo custo ou até mesmo gratuita, o que impacta positivamente em seus hábitos alimentares, no desempenho e sucesso acadêmico dos alunos (Souza; Fava; Cintra, 2023; Cardoso, 2018). Do ponto de vista de segurança alimentar e nutricional, os RUs, estão alinhados com a Política Nacional de Alimentação e Nutrição, reconhecidos como espaços favoráveis a promoção de práticas alimentares saudáveis, contribuindo significativamente para a redução de IA (Perez; Castro; Franco, 2022).

A relação da IA com os Rus, foi bem documentada no estudo de Martins *et al.* (2023) no período pandêmico da COVID-19, no qual os autores constataram que a interrupção do funcionamento dos RUs junto com a situação econômica caótica, afetou a segurança alimentar dos estudantes, contribuindo para o surgimento da IA e comprometendo o Direito Humano a Alimentação Adequada (DHAA).

O sexo e a idade não se mostraram estatisticamente significativos no estabelecimento da IA nesta pesquisa. Contudo, existe uma constatação que famílias chefiadas por mulheres apresentam maiores níveis de IA, principalmente quando elas são negras, o que poderá ser justificado em função da desigualdade de gênero e do acesso ao alimento (Pereira *et al.*, 2024; Silva *et al.*, 2022).

Isto reflete uma série de condições que são peculiares, principalmente a mulheres negras: a informalidade, a limitação de oportunidades, de emprego e renda, havendo a necessidades de políticas públicas inclusivas do ponto de vista social e econômica, para diminuir a vulnerabilidade e alcançar a condição de segurança alimentar (Leite; Rocha; Santos, 2025).

Considerando esta perspectiva, é imperativo o reposicionamento da mulher como foco principal no combate à fome e a importância da soberania alimentar para este grupo populacional (Venegas; Oliveira-Cardoso; dos Santos, 2024). Apesar das mulheres negras estarem em maior vulnerabilidade social e econômica, situar-se na classe étnica preta ou parda, independente do sexo está relacionado a algum nível de IA seja leve, moderada ou grave (Maciel *et al.* 2022).

A IA tem estreita relações com os fatores socioeconômicos e os alunos universitários, tem constituído uma população com elevada prevalência para os diferentes níveis de insegurança leve, moderada ou grave (Angotti; Zangirolani, 2022). Baumgratz *et al.* (2023) destacou em sua pesquisa que os estudantes que passaram por dificuldades financeiras, sobretudo na pandemia de COVID-19, apresentaram maiores prevalência de IA associados a autopercepção negativa de saúde, má qualidade do sono, depressão, ansiedade e estresse.

Os indivíduos que estão classificados com IA tem mais dificuldade de realizar atividade física, consomem mais de alimentos hipercalóricos e pobres em nutrientes, menor consumo de frutas e vegetais, comportamentos alimentares desordenados, sono irregular, dificuldade de concentração e menor desempenho acadêmico (Dana *et al.*, 2023). Do ponto de vista nutricional, alimentos densamente calóricos associados e a falta de acesso constante a alimentação equilibrada, podem ser fatores para expor o indivíduo a IA (Lopes *et al.*, 2023).

A constatação de (in)segurança alimentar não se restringe apenas ao Brasil, uma pesquisa realizada com universitários norte-americanos, a prevalência de IA foi de aproximadamente de 32% e eles referiram autoavaliação de saúde negativa, sobrepeso, obesidade, além de sintomas depressivos

(Willis, 2021). Outro estudo realizado com universitários nigerianos, observou que a renda limitada, não pertencer a programas de assistência estudantil e dependentes financeiramente de seus pais, estão mais expostos a IA (Ukegbu et al. 2019).

No Brasil, a renda familiar tem sido um fator crucial para o estabelecimento da IA, especialmente naquelas famílias em que a renda *per capita* é de até um salário mínimo, o que poderá leva à restrição no acesso e na disponibilidade de alimentos, impactando diretamente a SA dessas famílias (Rede Penssan, 2022; Schott *et al.*, 2020). Para os autores Jesus; Hofmam; Miranda (2024) não apenas a renda, mas a condição socioeconômica dos indivíduos é o principal determinante da insegurança alimentar.

Embora no nosso estudo, a IA apresentou maiores ocorrências nas famílias em que os pais possuíam escolaridade médio completo, diferente de outras pesquisas, onde a prevalência de IA é maior naquelas famílias com menor nível de estudo, como o ensino fundamental incompleto. Existe uma relação de condicionalidade entre estas variáveis, logo, a escolaridade é um indicador da renda e, conseqüentemente, a renda um indicador de (In)segurança alimentar e nutricional (Schott *et al.* 2020). Neste sentido, quanto menor a escolaridade, maior dificuldade do indivíduo se estabelecer no mercado formal, maior possibilidade de trabalhos com baixa remuneração e maior exposição a IA (Sperandio; Priori, 2015).

5 CONCLUSÃO

As condições do ambiente universitário impactam diretamente a (In)segurança alimentar e nutricional dos estudantes. Desta forma, os programas de auxílio universitário e a oferta da alimentação no RU, contribuem para o alcance da segurança alimentar. Por outro lado, a baixa condição socioeconômica de seus pais, exerce influência no desenvolvimento e estabelecimento da IA entre os estudantes.

A presença da IA no ambiente universitário, deve ser considerado na agenda e debates universitários, com a priorização deste grupo populacional, a fim de evitar a evasão escolar e a exclusão social. Da mesma maneira, é necessário o fortalecimento da política públicas que considerem o impacto da insegurança dentro destes espaços institucionais, tendo em vista que de uma forma ampla ela é um problema de saúde pública, constituindo a violação ao direito humano a alimentação.

REFERÊNCIAS

- ALEXANDRINO, A. et al. Perfil sociodemográfico e acadêmico de estudantes universitários de uma universidade federal do interior do Nordeste. *Interbio*, v. 16, n. 2, p. 69-75, jul./dez. 2022.
- ANGOTTI, A. A.; ZANGIROLANI, L. T. O. Food insecurity and financial aid among university students: Pre-Covid-19 scenario of a public university in southeastern Brazil. *Revista de Nutrição*, v. 35, e220061, p. 1-11, 2022.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. Departamento de Promoção da Saúde. Insegurança alimentar na atenção primária à saúde: manual de identificação dos domicílios e organização da rede. Brasília: Ministério da Saúde, 2022. 20 p.
- BAUMGRATZ, L. D. et al. Dificuldades financeiras, aspectos alimentares e de saúde em estudantes universitários, durante a pandemia de Covid-19. *DEMETERA: Alimentação, Nutrição & Saúde*, v. 18, e72281, 31 ago. 2023.
- CARDOSO, C. I. X. DA S. et al. Restaurante universitário da UFPE: uma abordagem sistêmica. *Revista Gestão Universitária na América Latina - GUAL*, p. 211-234, set. 2018.
- CHELA, D. et al. Insegurança alimentar: a realidade dos estudantes universitários do Sul do Brasil na pandemia da Covid-19. In: SANTOS, D. V. D. et al. (org.). *Contribuições da saúde coletiva para as redes de atenção*. v. 2, ed. 1. [S.l.]: Científica Digital, 2024. p. 255-268.
- DANA, L. M. et al. Food insecurity, food assistance, and psychological distress among university students: cross-sectional survey Western Australia. *Nutrients*, v. 15, n. 11, p. 2431, maio 2023.
- ENAP. Política de assistência estudantil: síntese sobre as evidências sobre programas de permanência. Brasília: ENAP, 2021. 28 p. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/>.
- JESUS, J. G. DE; HOFFMANN, R.; MIRANDA, S. H. G. DE. Insegurança alimentar, pobreza e distribuição de renda no Brasil. *Revista de Economia e Sociologia Rural*, v. 62, e281936, p. 1-22, abr. 2024.
- LANG, R. M. F.; ALMEIDA, C. C. B.; TADDEI, J. A. DE A. C. Segurança alimentar e nutricional de crianças menores de dois anos de famílias de trabalhadores rurais Sem Terra. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 16, n. 7, p. 3111-3118, jul. 2011.
- LEITE, I. P.; ROCHA, I. C. DA; SANTOS, M. C. S. Insegurança alimentar e nutricional na população negra: repercussões do sexo e da étnica/raça na alimentação e nutrição em Minas Gerais e no Brasil. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 8, n. 1, p. 1-12, 2025.
- LOPES, S. O. et al. Food insecurity and micronutrient deficiency in adults: a systematic review and meta-analysis. *Nutrients*, v. 15, n. 5, p. 1074, 21 fev. 2023.
- MACIEL, B. L. L. et al. Food insecurity and associated factors among Brazilian undergraduates during the COVID-19 pandemic. *Nutrients*, v. 14, n. 2, p. 358, 1 jan. 2022.

MARTINS, N. C. et al. Situação de (in)segurança alimentar de estudantes universitários da rede pública durante a pandemia da Covid-19. *Conexões - Ciência e Tecnologia*, v. 17, e022004, 28 fev. 2023.

MORAIS, D. DE C. et al. Insegurança alimentar e indicadores antropométricos, dietéticos e sociais em estudos brasileiros: uma revisão sistemática. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 19, n. 5, p. 1475-1488, maio 2014.

PEDRAZA, D. F.; GAMA, J. S. DA F. A. Segurança alimentar e nutricional de famílias com crianças menores de cinco anos do município de Campina Grande, Paraíba. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 18, n. 4, p. 906-917, dez. 2015.

PEREIRA, T. C. et al. Insegurança alimentar, gênero e raça/cor: um estudo no semiárido nordestino. *Ciência & Saúde Coletiva*, [S.l.], 2023. Disponível em: <http://cienciaesaudecoletiva.com.br/artigos/inseguranca-alimentar-genero-e-racacor-um-estudo-no-semiarido-nordestino/19326>.

PEREZ, P. M. P.; CASTRO, I. R. R. DE; FRANCO, A. DA S. Trajetória de mudanças das práticas alimentares de estudantes de uma universidade pública brasileira. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 27, n. 7, p. 2789-2803, 17 jun. 2022.

POBLACION, A. et al. Validity of a 2-item screening tool to identify families at risk for food insecurity in Brazil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 37, n. 6, e00067820, 2021.

REDE PENSSAN. II VIGISAN - Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2022.

SCHOTT, E. et al. Fatores associados à insegurança alimentar em domicílios da área urbana do estado do Tocantins, Região Norte do Brasil. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 23, e200096, p. 1-13, 28 set. 2020.

SEGALL-CORRÊA, A. M.; MARIN-LEON, L. A segurança alimentar no Brasil: proposição e usos da Escala Brasileira de Medida da Insegurança Alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. *Segurança Alimentar e Nutricional*, v. 16, n. 2, p. 1-19, 10 fev. 2015.

SEGALL-CORRÊA, A. M. et al. Refinement of the Brazilian Household Food Insecurity Measurement Scale: recommendation for a 14-item EBIA. *Revista de Nutrição*, v. 27, n. 2, p. 241-251, abr. 2014.

SILVA, S. O. D. A. et al. A cor e o sexo da fome: análise da insegurança alimentar sob o olhar da interseccionalidade. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 38, n. 5, e00280621, ago. 2022.

SOARES, M. M. et al. Perfil sociodemográfico, vivências universitárias e suas associações com transtornos mentais comuns entre estudantes. *Revista Científica FACS*, v. 23, n. 2, p. 53-57, jul./dez. 2023.

SOUZA, G. V. DE; FAVA, H. DE L.; CINTRA, R. F. Restaurante universitário no contexto da assistência estudantil: análise da produção científica (2010-2021). *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, v. 18, e023153, p. 1-23, dez. 2023.

SPERANDIO, N.; PRIORE, S. E. Prevalência de insegurança alimentar domiciliar e fatores associados em famílias com pré-escolares, beneficiárias do Programa Bolsa Família em Viçosa, Minas Gerais, Brasil. *Epidemiologia e Serviços de Saúde*, v. 24, n. 4, p. 739-748, out. 2015.

UKEGBU, P. et al. Food insecurity and associated factors among university students. *Food and Nutrition Bulletin*, v. 40, n. 2, p. 271-281, 5 maio 2019.

VILAS BOAS, L. G. Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) e as principais condicionantes da (in)segurança alimentar no Brasil. *Geoconexões*, v. 1, n. 15, p. 114-134, 31 jul. 2023.

VENEGAS, M. E. DO C.; OLIVEIRA-CARDOSO, É. A. DE; SANTOS, M. A. DOS. Insegurança alimentar, saúde e produção da vida: uma aproximação às práticas alimentares de mulheres de camadas populares à luz da antropologia da alimentação. *Saúde e Sociedade*, v. 33, n. 1, e220547, p. 1-14, 2024.

WILLIS, D. E. Feeding inequality: food insecurity, social status and college student health. *Sociology of Health & Illness*, v. 43, n. 1, p. 1-18, out. 2020.